



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Simulado Especial
TRT MG
Analista Judiciário
Área Judiciária – Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT MG – Analista Judiciário – Área Judiciária – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT MG;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRTMG-AJAJ-04-09>

- | | | |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

A formação da cidadania

Em todas as manifestações de caráter social, político e econômico, da mais inconsequente opção (pessoal) às mais sérias decisões do governo, o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir, de acordo com os conhecimentos disponíveis. (...)

A interação contínua entre pensamento e ação permite ao homem tomar decisões, tanto as de natureza particular – como a escolha de um curso ou profissão ou a compra de um par de sapatos -, quanto as que terão consequências coletivas, como a eleição de governantes ou a participação em manifestações públicas. Portanto, de modo geral, as decisões não são arbitrárias. Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui, ou a massa de conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão: há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos.

É fácil de constatar que as ideias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo tempo no mesmo autódromo.

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas.

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes. É o caminho que devemos construir.

(Martinez, Paulo. Direitos de cidadania – um lugar ao sol. ADAPTADO)

01. A temática central do texto I pode ser compreendida como

- a) a importância coletiva na escolha de seus representantes
- b) o papel da escola na formação cidadã
- c) a necessidade de reflexão sobre atos e escolhas
- d) a formação do cidadão consciente.
- e) o processo individual de manifestação social

02. Segundo as ideias veiculadas no texto I,

- a) O indivíduo deve balizar suas ações a partir de sua consciência individual.
- b) As ações individuais podem ser arbitrárias quando não se pensa antes de manifestar-se.
- c) A autonomia vai de encontro à ideia de formação do cidadão consciente.
- d) a principal função da educação na formação do indivíduo é o ajuste da relação entre pensamento e ação.
- e) As manifestações humanas resultam exclusivamente de dois fatores: o pensar e o agir.

03. Para manter a coesão textual, a conjunção destacada em "processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele" (4º parágrafo) deveria ser substituída por

- a) embora
- b) mas
- c) portanto
- d) mas também
- e) porquanto

04. O trecho "conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão" (2º parágrafo) pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma:

- a) conhecimentos de que ele tem sobre uma questão
- b) conhecimentos de cujo usufrui sobre uma questão
- c) conhecimentos que ele dispõe sobre uma questão
- d) conhecimentos de que ele utiliza sobre uma questão
- e) conhecimentos que ele possui sobre uma questão

TEXTO II

Distribuição de renda é alçada a prioridade

O estímulo do crescimento do consumo interno e a redução da crescente desigualdade estão entre as principais metas econômicas da China para os próximos cinco anos, segundo o plano nacional aprovado pelo Partido Comunista.

"A participação da renda pessoal na distribuição da renda nacional deve ser aumentada, e a participação da remuneração do trabalho na distribuição primária também deve ser elevada", diz o comunicado de ontem.

O texto fala ainda em "relações de trabalho harmoniosas" e em criar "mecanismos para expandir o consumo doméstico".

"A grande diferença do décimo segundo Plano Quinquenal é que os planos anteriores se baseavam principalmente em criar um país rico, enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população", afirmou Yang Weiming, vice-secretário-geral do Comitê de Desenvolvimento Nacional e Reforma, à imprensa estatal chinesa.

Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza, a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual.

Um estudo do Centro de Distribuição de Renda e Pobreza da Universidade Normal de Pequim mostra que os 10% mais ricos ganharam 23 vezes mais do que os 10%

mais pobres em 2007. Em 1998, a elite econômica ganhava 7,3 vezes mais do que os mais pobres.

O comunicado prevê ainda que a China "participe ativamente" na governança econômica mundial e na cooperação regional, além de "abrir mais para o mundo e melhorar a sua estrutura de comércio exterior".

O plano quinquenal ainda está em sua fase preliminar, sem números estabelecidos para os objetivos. Até fevereiro, ficará pronta a versão completa.

(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 2010)

05. A ideia que se verifica na estrutura do 5º parágrafo do texto II é de

- a) concessão
- b) reiteração
- c) conclusão
- d) explicação
- e) alternância

06. Em "enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população" (4º parágrafo), o vocábulo destacado desempenha um importante papel para a construção da coesão textual, referindo-se a/ao

- a) grande diferença
- b) planos anteriores
- c) Yang Weiming
- d) décimo segundo plano quinquenal
- e) país rico

07. Do ponto de vista da coerência, a relação existente entre o 5º e o 6º parágrafos pode ser interpretada

- a) como uma ressalva
- b) como uma comprovação
- c) como uma exemplificação
- d) como uma descrição
- e) como uma contraposição

- 08.** Em relação ao trecho "Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza [...]", pode-se afirmar que
- apresenta um sentido adversativo em relação à informação que virá.
 - "da pobreza" desempenha a função de adjunto adverbial de lugar
 - a junção da preposição "de" com o artigo "o" precisa ser desfeita para a correção gramatical.
 - "de pessoas" funciona como complemento verbal da forma "ter tirado".
 - está gramaticalmente correta.
- 09.** As aspas foram utilizadas no texto II
- para dar ênfase a trechos relevantes
 - para sinalizar o emprego de linguagem conotativa
 - para marcar afirmações não autorais
 - para indicar neologismos
 - para demarcar trechos opinativos
- 10.** A frase abaixo que mostra a presença do discurso indireto livre é:
- Lá vem o trem! — exclamou o funcionário.
 - Os artistas chegavam para animar o festival. Venham todos dançar. Era um momento de pura descontração.
 - Disseram as más línguas que tudo não passava de encenação.
 - Desacreditado, imperador disse que jamais havia presenciado tamanha ousadia e falta de sorte.
 - Então respondeu o cavaleiro: — Com muito pesar, precisarei deixá-la só esta noite!
- 11.** Assinale a alternativa que segue a lei fundamental da concordância, de acordo com a norma-padrão.
- Aqueles automóveis bastantes modernos cruzaram a avenida em alta velocidade.
 - Não se viu como foi construído aquela estação tão rapidamente
 - Tudo estava no lugar: as lideranças debatiam, discursavam e, ao final do dia, chegava a uma conclusão.
 - Devem haver outros candidatos a essa vaga.
 - A maior parte dos alunos foi aprovada.
- 12.** Assinale a alternativa em que a regência está correta, conforme a norma padrão da língua portuguesa.
- Ainda que todos prefiram as férias do que os meses de trabalho, eu estou feliz com meu emprego.
 - Os membros do grupo discordavam com as atitudes do líder.
 - A notícia não agradou o público.
 - Preferimos comprar além do que necessitamos a poupar para o futuro.
 - Antes do filme, ele gostava e simpatizava com os autores.
- 13.** Na frase – Viver bem deve ser prioridade, principalmente em um momento _____ tudo parece ser uma ilusão. – a alternativa que preenche adequadamente a lacuna é:
- onde
 - cujo
 - que
 - do qual
 - em que

14. Assinale a alternativa que completa, corretamente, a frase, de acordo com a norma-padrão da conjugação verbal. – Caso eu _____ para casa, ligarei para meus amigos.

- a) vir
- b) venha
- c) vier
- d) viesse
- e) venho

15. No trecho “Fez-se uma grande festa em sua chegada”, o sujeito é

- a) inexistente
- b) indeterminado
- c) desinencial
- d) composto
- e) simples

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. Das letras abaixo, marque aquela que representa um nome de arquivo válido no Windows.

- a) @relatoriopcam.txt
- b) relatório:pcam.txt
- c) *relatório:pcam*.txt
- d) relatoriopcam?.txt
- e) relatório>pcam.tx

17. No Writer a opção “Exportar” se encontra no menu:

- a) Inserir.
- b) Arquivo.
- c) Exibir.
- d) Editar.
- e) Formatar.

18. Das letras abaixo marque a função válida no Calc, em sua versão padrão.:

- a) MEDIA;
- b) MAXIMO;
- c) MINIMO;
- d) NOW;
- e) SOMA;

19. No Impress, em sua versão padrão, existe uma funcionalidade que permite que seja preparado um slide que serve de padrão para os demais. Nele devem ser colocadas informações como nome, logo, endereço, telefone porque qualquer necessidade de alteração, pode ser realizada em apenas um local e replicada automaticamente para os demais slides. O nome dessa funcionalidade é:

- a) modelos;
- b) assistente;
- c) padrão;
- d) slide mestre;
- e) estilos;

20. As ferramentas de email, apresentam as caixas ou pastas, que possuem funções específicas. Marque a alternativa que descreve a função da pasta Rascunho.

- a) Armazenar as mensagens apagadas.
- b) Armazena as mensagens que supostamente foram enviadas em massa.
- c) Armazena as mensagens que ainda estão sendo preparadas.
- d) Armazena as mensagens que contêm pendências ortográficas.
- e) Armazena as mensagens recebidas.

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

21. No que concerne ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90, sobre as licenças é correto afirmar que

- a) a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família poderá ser concedida por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, com remuneração
- b) a Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge será concedida por prazo indeterminado e sem remuneração
- c) na Licença para Capacitação, após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, podendo acumular tais períodos
- d) a Licença para Tratar de Interesses Particulares é assegurada ao servidor ocupante de cargo efetivo, em estágio probatório ou já estável no serviço público, para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração
- e) a Licença para o Desempenho de Mandato Classista não poderá ser renovada no caso de reeleição e terá duração igual à do mandato

22. Nos termos da Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que

- a) órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica
- b) nos processos administrativos será observado, dentre outros critérios, a impulsão dos atos no processo administrativo pelas partes interessadas, somente

- c) os administrados devem ser assistidos por advogado, salvo quando facultado por Lei
- d) está dentre os deveres do administrado, expor os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, bem como agir de modo temerário
- e) a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos

23. No que tange à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa correta.

- I. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- II. Considera-se dado pessoal a informação relacionada a pessoa natural, ou jurídica, identificada ou identificável.
- III. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer quando o titular ou seu responsável legal consentir.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) Todas as alternativas

24. O Regimento Interno do TRT da 3ª Região assegura as seguintes competências ao Tribunal Pleno, exceto

- a) em matéria administrativa, elaborar, alterar e aprovar o Regimento Interno
- b) representar a instituição, podendo delegar esta atribuição
- c) delegar atribuições administrativas e judiciárias ao Órgão Especial
- d) em matéria judiciária, julgar os habeas data impetrados contra atos do Tribunal
- e) em matéria administrativa, julgar os recursos administrativos interpostos por desembargadores

25. Joana logrou êxito em concurso público para o Tribunal de Justiça de São Paulo, tornando-se servidora pública no ano de 2020. Já em seu período de estágio probatório, foi apontada como autora de uma infração disciplinar, restando como parte em um processo administrativo disciplinar.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015), Joana

- a) terá isenção de custas e seu processo correrá em rito ordinário, sem qualquer preferência sobre os demais.
- b) será beneficiária do atendimento prioritário para a distribuição preferencial do processo, unicamente.
- c) não terá qualquer tratamento dissonante no que diz respeito à tramitação do processo, à luz da igualdade material.
- d) receberá atendimento prioritário durante a tramitação de todo o processo, em quaisquer atos e diligências.
- e) terá direito ao atendimento prioritário na tramitação de seu processo se fizer requerimento formal à comissão composta para apreciar o PAD.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. A norma constitucional segundo a qual “a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho”, na classificação de José Afonso da Silva, possui

- a) eficácia limitada de princípio programático.
- b) eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) eficácia diferida e aplicabilidade direta e imediata.
- d) eficácia contida e aplicabilidade mediata.
- e) eficácia limitada de princípio institutivo.

27. A respeito dos direitos políticos, conforme estabelece a Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Federal no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- b) À ação de impugnação de mandato será dada ampla publicidade, para que toda a sociedade possa acompanhar os fatos e as provas anexadas aos autos, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- c) A Constituição Federal autoriza a realização de consultas populares diretas concomitantemente às eleições municipais, observado que os quesitos sejam encaminhados à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.
- d) A condenação por improbidade administrava acarreta a perda dos direitos políticos.
- e) A condenação criminal contra a qual ainda caibam recursos provoca a suspensão dos direitos políticos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

28. Segundo dispõe a Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo em âmbito federal, a decisão coordenada:

- a) poderá ser utilizada exclusivamente no âmbito da Administração direta federal, nas decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- b) poderá ser utilizada em quaisquer decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades.
- c) poderá ser utilizada no âmbito da Administração Pública federal nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- d) poderá ser utilizada quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, sendo que sua adoção requer despacho motivado, proferido antes da decisão de mérito.
- e) poderá ser utilizada, antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, para debates sobre a matéria do processo.

29. Constitui dever do servidor público previsto na Lei 8.112/1990:

- a) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- b) cumprir as ordens superiores, independentemente de sua legalidade.
- c) recusar fé a documentos públicos.
- d) atender com presteza ao público em geral, prestando todas as informações requeridas, inclusive aquelas sigilosas.
- e) promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.

30. A nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) NÃO se aplica a:

- a) alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- b) compra por encomenda.
- c) locação.
- d) prestação de serviços técnico-profissionais especializados.
- e) contratos que tenham por objeto operação de crédito interno.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

31. O estabelecimento de banco de horas semestral exige, segundo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

- a) ato do Ministro do Trabalho, ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social.
- b) acordo individual, tácito ou escrito.
- c) convenção coletiva do trabalho.
- d) acordo coletivo do trabalho escrito.
- e) acordo individual escrito.

32. O acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) banco de horas anual, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, e troca do dia de feriado.
- b) adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, seguro-desemprego, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual.
- c) valor nominal do 13º salário, valor dos depósitos do FGTS e banco de horas anual.
- d) número de dias de férias e teletrabalho.
- e) regime de sobreaviso e adicionais de atividades penosas, insalubres ou perigosas.

33. Robertinho retirou-se da sociedade que possuía com Magalhães e Tibúrcio. À luz dos preceitos celetistas, é correto afirmar que, em regra, Robertinho:

- a) não responderá pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio.
- b) responderá solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.
- c) responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.
- d) responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

e) responderá solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

34. Assinale hipótese que, nos termos previstos na Lei 8.036/1990, NÃO autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

- a) aposentadoria concedida pela Previdência Social.
- b) extinção contratual por força maior.
- c) culpa recíproca.
- d) quando o trabalhador permanecer um ano ininterrupto fora do regime do FGTS.
- e) dependente do trabalhador for portador do vírus HIV.

35. Assinale, das alternativas abaixo, a utilidade ou importância que NÃO possui natureza salarial:

- a) importância fixa paga mensalmente diretamente pelo empregador como contraprestação ao trabalho.
- b) gratificação legal.
- c) percentuais sobre vendas realizadas.
- d) auxílio-alimentação pago em dinheiro.
- e) assistência médica, prestada diretamente pelo empregador.

36. Julgue os itens abaixo acerca da insalubridade e da periculosidade:

I. São consideradas insalubres as atividades laborais sujeitas a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

II. É devido o pagamento do adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício vertical, em pavimento distinto daquele onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal.

III. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, sendo que o enquadramento do grau de insalubridade é tema no qual o negociado poderá prevalecer sobre o legislado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

37. Assinale a alternativa que NÃO menciona direito constitucional dos empregados urbanos e rurais:

- a) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- b) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- c) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário .
- d) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

e) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

38. Sobre o contrato de trabalho por prazo determinado previsto na CLT, é correto afirmar que:

- a) não poderá ser estipulado por mais de 180 dias.
- b) não poderá ser estipulado por mais de um ano.
- c) não poderá exceder noventa dias, no caso do contrato de experiência.
- d) não poderá exceder 45 dias, no caso do contrato de experiência.
- e) poderá ser estipulado por 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, consecutivos ou não.

39. Quanto ao adicional noturno devido aos empregados celetistas, é correto afirmar que:

- a) representa um acréscimo de 25% sobre o valor da hora diurna de trabalho.
- b) representa um acréscimo de 30% sobre o valor da hora diurna de trabalho.
- c) é devido à razão de 25%, quando se constatar trabalho noturno, como sendo aquele realizado entre as 21hs de um dia e as 04hs do dia seguinte.
- d) é devido à razão de 20%, quando se constatar trabalho noturno, que é aquele realizado entre as 22hs de um dia e as 05hs do dia seguinte.
- e) é devido à razão de 25%, quando se constatar trabalho noturno, que é aquele realizado entre as 22hs de um dia e as 05hs do dia seguinte.

40. Desde que haja concordância do empregado, as férias individuais poderão ser usufruídas:

- a) em até dois períodos, um deles com pelo menos 14 dias.
- b) em até quatro períodos, com no mínimo 5 dias cada.
- c) em até três períodos, vedado o fracionamento das férias para os menores de 18 anos e maiores de 50 anos.
- d) em até três períodos, permitido o fracionamento das férias para os menores de 18 anos e maiores de 50 anos.
- e) em até três períodos, sendo o maior deles com pelo menos 10 dias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Thállius Moraes

41. De acordo com as regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição Federal acerca dos órgãos da Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

- a) é facultado aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho cometer a qualquer Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador a realização dos atos de execução das decisões desses Tribunais.
- b) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- c) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos Juízes de Direito, com Recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- d) compete ao distribuidor a distribuição, pela ordem rigorosa de entrada, e sucessivamente a

cada Vara, dos feitos que, para esse fim, lhe forem apresentados pelos interessados.

- e) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho, na cidade de Brasília-DF, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

42. Realizada audiência na Justiça do Trabalho, em reclamatória trabalhista, após apregoadas as partes, constatou-se que estavam presentes apenas o reclamante (empregado) e o advogado do empregador, o qual não apresentou justificativa para ausência do preposto da empresa. Nesta situação, o fato de o empregado estar desacompanhado de advogado e a ausência injustificada do empregador, acarretam a seguinte consequência:

- a) arquivamento dos autos, pois o empregado deve comparecer acompanhado de advogado.
- b) revelia e confissão quanto à matéria de fato pelo empregador, que não poderá apresentar defesa ou documentos em audiência.
- c) adiamento da audiência.
- d) revelia e confissão quanto à matéria de fato, pelo empregador, mas, em razão da presença de seu advogado, o juiz receberá a defesa e documentos apresentados.
- e) o regular prosseguimento dos atos processuais, com a oitiva do reclamante e do reclamado, este último por intermédio de seu procurador.

43. Acerca das regras aplicáveis à prescrição intercorrente no processo do trabalho, é **CORRETO** afirmar que:

- a) é inaplicável ao processo do trabalho em razão da proteção conferida ao hipossuficiente.
- b) aplica-se a prescrição intercorrente, com a extinção da execução, desde que exista requerimento específico do executado, uma vez que o princípio do impulso oficia só se aplica ao processo do trabalho para hipóteses de *jus postulandi*.
- c) a prescrição intercorrente pode ser pronunciada a pedido do devedor ou de ofício pelo juiz do trabalho, após o decurso de dois anos, contados após a intimação do credor para cumprir determinada ordem judicial.
- d) a prescrição intercorrente pode ser pronunciada por iniciativa do devedor ou *ex officio* pelo juiz do trabalho, após o decurso de cinco anos de silêncio da parte credora, contados a partir de intimação pessoal.
- e) a prescrição intercorrente pode ocorrer na fase de conhecimento ou de execução, desde que exista inércia do credor pelo período de dois anos, a partir de sua intimação para cumprir determinação judicial.

44. Quanto aos atos, termos e prazos processuais aplicáveis ao processo do trabalho é correto afirmar que:

- a) os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- b) presume-se recebida a notificação vinte e quatro horas após sua postagem e o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- c) Os prazos processuais no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, ficam suspensos, não se realizando audiências nem sessões de julgamento nesse período.

d) Incumbe à parte recorrente o ônus de provar, quando da interposição de recurso, a existência de feriado nacional que acarrete a prorrogação do prazo. Caso não comprove no momento da interposição do recurso, cumpre ao relator conceder o prazo de 10 (dez) dias para que seja sanado o vício.

e) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, em dias úteis, podendo ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário quando o juízo entender necessário ou em virtude de força maior devidamente comprovada.

45. Acerca das regras concernentes às custas e despesas processuais, de acordo com a legislação e jurisprudência, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelas custas devidas.
- b) a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda se beneficiária da justiça gratuita.
- c) as entidades fiscalizadoras do exercício profissional não são isentas do pagamento de custas processuais.
- d) nos dissídios coletivos, as partes vencidas respondem solidariamente pelo pagamento das custas processuais.
- e) os honorários do intérprete que traduz o depoimento de uma testemunha em audiência, serão pagos pela parte sucumbente no processo.

46. Em face da decisão que acolher ou rejeitar o incidente de descon sideração da personalidade jurídica,

- a) não cabe qualquer recurso, por se tratar de decisão de natureza interlocutória.
- b) quando proferida na fase de conhecimento, é cabível a imediata interposição de recurso ordinário, no prazo de 8 dias.
- c) cabe agravo de petição, no prazo de 8 dias, desde que previamente garantida a execução, com dinheiro ou penhora de bens.
- d) cabe agravo de petição, no prazo de 5 dias.
- e) cabe agravo interno quando proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no Tribunal.

47. Quando aos requisitos de admissibilidade dos recursos no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar que:

- a) Na hipótese de condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.
- b) As empresas em recuperação judicial são isentas do pagamento do depósito recursal.
- c) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, entidades filantrópicas, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
- d) As custas processuais devem ser pagas e comprovado seu recolhimento, no prazo recursal, pela parte sucumbente.
- e) Não ocorre deserção de recurso interposto pela massa falida, por falta de pagamento das custas e depósito recursal.

48. Quanto ao regramento aplicável ao recurso de revista, considerando os dispositivos legais e entendimento jurisprudencial, é INCORRETO afirmar que:

- a) Não caberá recurso de revista em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- b) Nos processos que tramitam no rito sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal ou por violação direta da Constituição Federal.
- c) Não se conhece de recurso de revista se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos, mas a jurisprudência transcrita não abranger todos.
- d) O prazo para interposição de recurso de revista é de 8 dias, contado em dobro para os entes públicos.
- e) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

49. O processo que tramita no rito sumaríssimo possui regras especiais, dentre as quais não se inclui:

- a) a possibilidade de adiamento da audiência única, em face da absoluta impossibilidade de a parte contrária se manifestar sobre os documentos apresentados pela parte adversa, a critério do juiz.
- b) a impossibilidade de citação por edital em tal rito.
- c) a impossibilidade de produção de prova pericial para o rito sumaríssimo, ante a celeridade que lhe é característica.
- d) a vedação de adoção do rito em processos que tenham como parte a Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.
- e) limitação do número de testemunhas, sendo duas para cada parte.

50. No que concerne à execução trabalhista, é correto afirmar que:

- a) deve ser impulsionada pelo juiz, independente de requerimento das partes.
- b) uma vez requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que proceda ao pagamento ou garantia do juízo, no prazo de cinco dias, sob pena de penhora.
- c) elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- d) não se admite a produção de prova testemunhal na fase de execução.
- e) se o executado, procurado por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas, não for encontrado, far-se-á citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Vara ou Juízo, durante 5 (cinco) dias.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Com relação à aplicação da lei no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

- a) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, revoga a anterior.
- c) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais de direito e a equidade.
- d) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- e) A obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar onde residir o proponente.

52. Com relação à classificação dos bens, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se imóvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- b) São bens móveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, forem removidas para outro local.
- c) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, mas não pela vontade das partes.
- d) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao principal abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade ou das circunstâncias do caso.
- e) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.

53. Com relação à nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- b) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico e as encontrar provadas, sendo-lhe permitido supri-las a requerimento das partes.
- c) O negócio anulável não pode ser confirmado pelas partes.
- d) Só os interessados podem alegar a anulabilidade.
- e) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de 4 anos, a contar da data da conclusão do ato.

54. Com relação às espécies de obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Se a coisa se perder sem culpa do devedor antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes, devendo o devedor ressarcir perdas e danos.
- b) Até a tradição, pertence ao devedor a coisa, com seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais não poderá exigir aumento de preço.
- c) Os frutos pendentes à época da tradição são do devedor.
- d) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- e) Antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.

55. Com relação aos direitos reais, assinale a alternativa correta.

- a) A superfície pode ser constituída por prazo determinado ou indeterminado, limitada, porém ao prazo máximo de 10 anos.
- b) O direito de superfície autoriza indistintamente obras no solo e no subsolo.
- c) O superficiário responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre o imóvel.
- d) O direito de superfície não se transmite aos herdeiros em caso de morte.
- e) Extinta a concessão, o proprietário passará a ter a propriedade sobre as construções ou plantações feitas pelo superficiário, mas deverá ressarcir o valor correspondente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

56. Em se tratando de recurso especial ou recurso extraordinário, recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

- a) realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, ainda que, o recurso tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamento de recursos repetitivos
- b) sobrestar o recurso que não verse sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) reformar a decisão, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos.
- d) negar seguimento a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos.
- e) negar seguimento a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral. Contra essa decisão, cabe Agravo em Recurso Especial ou em Recurso Extraordinário.

57. Vinícius, advogado, depara-se com ato ilegal do juiz titular de determinada vara civil do município de Belo Horizonte. Irresignado, impetra mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O relator, em decisão monocrática, indefere a peça inicial, determinando seu arquivamento. Contra essa decisão, Vinícius poderá apresentar:

- a) Agravo para o respectivo colegiado.
- b) Recurso especial para o STJ.
- c) Recurso extraordinário para o STF.
- d) Agravo de instrumento para o STJ.
- e) Apelação para o colegiado.

58. Sobre a intervenção de terceiros no processo civil, é correto afirmar:

- a) Pendendo causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. O assistente será considerado, para todos os efeitos, litisconsorte do assistido.
- b) Feita a denúncia da lide pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante. Contudo, em razão do princípio da eventualidade, não poderá acrescentar novos argumentos à petição inicial.
- c) É admissível a denúncia da lide, requerida pelo réu, do afiançado, na ação em que o fiador for réu.
- d) É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu, dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
- e) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, inclusive no cumprimento de sentença. Contudo, não há previsão dessa modalidade de intervenção no processo de execução.

59. Experiente advogado, diante de grande urgência, pretende protocolar petição que se limita ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. A tutela à qual o advogado deve recorrer é:

- a) A tutela de evidência, que pode se estabilizar após concedida, caso a parte contrária não interponha o recurso cabível.
- b) A tutela antecipada, requerida em caráter antecedente, que pode se estabilizar após concedida, caso a parte contrária não interponha o recurso cabível.
- c) A tutela cautelar, requerida em caráter antecedente, que pode se estabilizar após concedida, caso a parte contrária não interponha o recurso cabível.
- d) A tutela antecipada, requerida em caráter antecedente, que não se sujeita à estabilização, ainda que a parte contrária não interponha o recurso cabível.
- e) A tutela cautelar incidental, que pode se estabilizar em determinados casos.

60. Sobre o habeas data (Lei nº 9.507/97), é correto afirmar que:

- a) Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Caso se deseje apenas a retificação de dados, o habeas data não é via adequada.
- b) Por se tratar de ação eminentemente particular, o Ministério Público não precisa ser ouvido.
- c) Contra a sentença que concede o habeas data, cabe apelação. Contra a que denega, cabe recurso ordinário.
- d) Quando a sentença conceder o habeas data, o recurso terá efeito meramente devolutivo.

e) O pedido de habeas data não poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRTMG-AJAJ-04-09>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>